

Ivan França Junior^I**Luis Eugenio Portela Fernandes de Souza^{II}****Moisés Goldbaum^{II}**^I Editor Científico do Suplemento^{II} Editores Associados do Suplemento

Editorial

Em 2011, a economia brasileira foi classificada como a sexta maior do mundo.^a Isso expressa um novo cenário de crescimento econômico alcançado após a estabilização inflacionária e a inclusão social e econômica crescente dos brasileiros mais pobres por meio de políticas públicas, como: valorização do salário mínimo, transferência direta e condicional de renda, ampliação do acesso a crédito e do acesso ao ensino universitário, formalização do mercado de trabalho, entre outras medidas. Contudo, em termos de desenvolvimento humano, o Brasil ocupava, em 2010, a 84ª posição dentre os países.^b

Assim, sabemos, por experiências brasileira e mundial, que crescimento econômico não gera necessariamente desenvolvimento humano. É preciso reconhecer, pois, que crescimento econômico e desenvolvimento social têm relações multifacetadas e de grande complexidade, sendo fundamental a articulação entre as políticas econômicas de promoção do crescimento e as políticas sociais para que o aumento do produto interno bruto (PIB) seja acompanhado da melhoria das condições de vida de todos.

A área da saúde, em particular, tem uma relação especial com o crescimento e o desenvolvimento, que pode ser analisada, ao menos, sob duas perspectivas. De um lado, a perspectiva da determinação recíproca, em que a melhoria da saúde favorece o desenvolvimento ao mesmo tempo em que este contribui para melhoria da situação de saúde. De outro lado, a perspectiva ressalta que a saúde é, em si mesma, setor econômico importante, responsável por quase 10% do PIB mundial.

Vários movimentos e eventos marcaram a sociedade brasileira nas últimas décadas levando a exigir o tratamento dessa temática. Em primeiro lugar destaca-se o estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), conquista que estendeu a atenção à saúde a toda a população brasileira. Nessa esteira, passou-se a promover a análise do componente de Ciência e Tecnologia em Saúde (C,T/S), cujo marco principal se expressa na 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde, realizada em 1994. Essa conferência indicou a necessidade de criação de Secretaria de Ciência e Tecnologia no âmbito do Ministério da Saúde, bem como estabeleceu que políticas nacionais de C,T/S devem ser componentes das políticas nacionais de saúde. Essas indicações se reiteraram na 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, realizada em 2004, quando se introduziu o tema da Inovação, que ganha corpo no Brasil.

De outro lado, a criação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos no Ministério da Saúde em 2003, incorporando e renovando o Departamento de Ciência e Tecnologia e o fato da criação do Departamento do Complexo Industrial da Saúde, em 2007, colocaram o setor saúde no seio do debate do desenvolvimento e das políticas de ciência, tecnologia e inovação em saúde (C,T&I/S). Essa iniciativa colocou, como é do anseio da comunidade técnico-científica, o setor saúde, como é desejável, em posição central na definição e condução das políticas de C,T&I/S.

Recentemente, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva congregou mais de oito mil pessoas em seu 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva com o tema

^a World Bank. GDP ranking. Washington, DC; s.d. [citado 2012 dec 4]. Disponível em: <http://data.worldbank.org/data-catalog/GDP-ranking-table>

^b United Nations Development Programme. Human Development Index (HDI). New York; 2010 [citado 2012 dec 4]. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/>

central “Saúde é Desenvolvimento: Ciência para a Cidadania”. A abordagem desse tema tenderá a crescer sobremaneira em nosso País.

A Revista de Saúde Pública (RSP), consciente de sua responsabilidade e conectada com as tendências de nosso campo, decidiu editar um suplemento voltado especificamente para Saúde e Desenvolvimento.

Por reconhecer esse ambiente é que a RSP abriu o espaço para promover a ampla divulgação visando contribuir para a superação da afirmação que Gadelha (2012) expõe na Apresentação deste fascículo, qual seja: “*é como se tivéssemos chegado a um limite em que o País enfrenta os novos e velhos fatores que reproduzem um círculo vicioso entre dependência e iniquidade e uma estrutura econômica pouco dinâmica na área da saúde. Os objetivos ‘setoriais’ para a saúde parecem encontrar barreiras intransponíveis ligadas ao nosso próprio padrão de desenvolvimento*”.

Se examinarmos os fascículos regulares da RSP, será possível encontrar muitos artigos que exploram essas complexas relações para a quase totalidade de eventos do processo saúde-doença-cuidado. Contudo, pela primeira vez, dedica-se a publicar um suplemento que examina de modo aprofundado e sob a dupla perspectiva mencionada as relações entre Saúde e o Desenvolvimento em nosso País.

Além de inédita, os leitores encontrarão a mais abrangente publicação sobre a temática da articulação entre Saúde e Desenvolvimento.

Os artigos selecionados abordam, portanto, a determinação mútua da saúde e do desenvolvimento, apresentando desde temas específicos, como a evolução das desigualdades sociais em saúde dos idosos, as mudanças no consumo alimentar e na atividade física de escolares, a consistência da política de saúde do homem e a necessidade de pesquisas sobre as doenças crônicas, até as questões gerais da dimensão econômica e social do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e dos avanços e desafios da articulação entre saúde e desenvolvimento.

Retratam também a saúde como setor econômico e tecnológico, discutindo a cooperação universidade-empresa e as redes cooperativas de ciência, tecnologia e inovação em saúde, a dinâmica da inovação nos subsistemas químico-biotecnológico, eletromecânico e de serviços, a perspectiva territorial da inovação em saúde e ainda os avanços e desafios da política de gestão de tecnologias em saúde e o sistema informatizado de gestão da assistência farmacêutica.

Sem dúvida, todos os artigos contribuem para aprofundar o conhecimento sobre as relações entre saúde e desenvolvimento, salientando-se a necessidade de pôr os interesses sociais e sanitários do País como orientadores das atividades econômicas, inclusive as de produção de bens e serviços diretamente ligados ao setor da saúde.

Longe de encerrar esse debate, a RSP busca ampliá-lo de modo consistente e inovador, consoante com sua tradição de uma das mais importantes revistas do campo da saúde no Brasil.

REFERÊNCIA

Gadelha CAG. Saúde e desenvolvimento: uma nova abordagem para uma nova política [apresentação]. *Rev Saude Publica*. 2012;46 (Supl):5-8.